

O PROLETÁRIO

Nº 76
Set/out. de 2008

Uma Publicação mensal de Proletários Marxistas
Não aceitamos que a burguesia nos financie. Por isso se faz necessário a cobrança de R\$ 1,00
(um real) para o custeio da publicação do jornal.

Crise Econômica Mundial	01/05
Por que defendemos o voto nulo nas eleições municipais?	05/06
Campanha pela Abstenção e Voto Nulo	06/08
APEOESP – CAMPANHA SALARIAL 2008	08/11
MANIFESTO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, LAICA E DE QUALIDADE	12/16

Participem de nossas atividades,

* Encontro pela Federalização da Fundação Santo André (FSA), que ocorrerá no dia 8 de novembro de 2008, das 9h00 às 17h00, no Auditório da FAFIL (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), na FSA, em Santo André.

Os principais temas a serem debatidos nesse Encontro serão: *Planejamento Estratégico da FSA (PDI) e construção do movimento pela sua federalização.*

* Dando continuidade aos estudos e debates sobre educação, será realizada em 16 de novembro uma Plenária sobre a obra do militante socialista e educador russo Pistrak.

O principal material que servirá de base para essa Plenária será o livro "*Fundamentos da Escola do Trabalho*", de Moisey Mikhaylovich Pistrak (1888-1940).

Data: 16 de novembro de 2008 das 9h00 às 17h00.

Local: Galpão da Associação Oeste – Rua Dona Maria Aparecida dos Santos, nº 50, Vila Nova Conceição, Diadema, SP.

Contatos:

Jornal O Proletário

Caixa Postal n.º 140 CEP 09910-970, Diadema, São Paulo

Crise Econômica Mundial

Três são as vertentes da crise americana e mundial representada pela crise do mercado imobiliário de risco nos Estados Unidos (*subprime*) e agora a falência do sistema bancário e financeiro.

A crise dos EUA é igual ao agravamento da crise de superprodução, diminuição da taxa de lucro e crise financeira (estas ao nível mundial).

Este tripé inter-relaciona uma crise cada vez mais permanente do modo de produção capitalista no seu conjunto. Cada vez mais a consigna de "Socialismo ou Barbárie" apresenta-se atualíssima. Apesar das duas vertentes últimas, a crise de superprodução assume o motor primeiro do modo de produção capitalista.

As manifestações das epidemias de crises de superprodução relatadas no Manifesto Comunista de Marx e Engels, aparecidas com as indústrias modernas já refletira as envergaduras da crise estrutural do capitalismo. O passar do tempo, o desenvolver tecnológico da maquinaria e o agravamento da crise estrutural capitalista colocou limites nas crises cíclicas, nos ganhos de capital e abundância do modo de produção capitalista.

Porque se trata a crise de superprodução a vertente principal?

Justamente por expressar diretamente as contradições advindas da propriedade privada dos meios de produção e a conseqüente apropriação individual do trabalho coletivo.

É exatamente do fenômeno da crise de superprodução, ou seja, da

exploração do trabalho, da abundância produtiva de mercadorias, cada vez mais acelerada com a modernização da maquinaria (e, em nossos dias, com a informatização de praticamente tudo), a concentração de capital em poucas dezenas de capitalistas e, por outro lado, a estreiteza dos mercados, apesar de sua mundialização, devido à expansão da pobreza, desemprego, subemprego, baixos salários, expulsão do homem do campo (agravamento da contradição cidade/campo), as disputas inter-imperialistas da fase superior do capitalismo; é exatamente por causas de todos esses fatores que advém o acirramento (da crise) já diagnosticado por Marx acerca da queda tendencial das taxas de lucros. Com a tendência da queda da taxa de lucro, se insere a necessidade do capital em buscar aumentar a exploração, desenvolver novos saltos tecnológicos e ao recurso da multiplicar de capital, utilizando-se do capital financeiro que, na atualidade, dirige o processo de produção, distribuição e consumo.

A crise de superprodução e a tendência de queda das taxas de lucros acabam por disparar outros fenômenos de natureza barbarizadora da economia capitalista, ou seja: 1- Guerras imperialistas como forma de destruir forças produtivas reiniciando o processo em outras bases e com nova divisão do mercado mundial; 2- a precarização das relações de exploração do trabalho e da Sociedade, com a retirada dos direitos históricos do proletariado mundial; 3 - Procura pelas corporações imperialistas, dos bolsões de mão de obra cada vez mais barata e o próprio trabalho em condições subumanas, ainda mais degradantes da fase concorrencial do capitalismo em desenvolvimento; 4 - Submissão ainda maior do Estado capitalista aos ditames do grande capital e o acirramento do capital financeiro em

sua formula parasitária com o modelar da economia em bases totalmente fictícias, somas vultosas de dólares sendo acumulados, por fora do regime de produção de mercadoria, escapando do fenômeno da superprodução. Uma catástrofe, a economia capitalista que já em seu nascedouro se deparou contraditória e sem um planejamento global, agora na fase superior deste capitalismo e em sua agonia, movimenta somas e somas de dólares, gerando necessidades de consumo. O consumismo sem relação com as riquezas produzidas pelo conjunto da sociedade agrega-se, miseravelmente ao capital parasitário reproduzido, multiplicado, triplicado, quadruplicado por fora da produção da riqueza material, é esta a base da crise econômica por que passa a economia mundial. Na economia totalmente globalizada e inter-relacionada, com os EUA representando segundo dados dos próprios técnicos capitalistas, 28% do PIB mundial, a crise no coração da “maior economia mundial” que hoje está representada pelo EUA expressa assim, a crise estrutural e permanente da economia do modo de produção capitalista.

O caráter permanente de tal crise se vislumbra em um potencial da crise que fatalmente mais cedo ou mais tarde apesar das medidas e os socorros, inclusive e principalmente com dinheiro público (do Estado dos capitalistas) se desenvolvera em um novo conflito bélico de dimensões imprevisíveis.

Vejamos a crise e a economia dos Estados Unidos da América do Norte.

Segundo analistas a “economia” fictícia dos EUA (PIB) gira em torno de 28% da riqueza mundial.

O PIB americano em 2007 girou em torno de US\$ 14 trilhões, neste mesmo ano este PIB alcançou sua melhor cotação anual em um crescimento de 4,9%, já em relação a 2007/2008 a projeção antes do estourar a crise era de 0,7% a menos. Segundo o próprio Fed, o valor de mercado dos ativos financeiros neste império totalizava cerca de US\$ 195 trilhões ao fim do terceiro trimestre de 2007, **14 vezes o tamanho do PIB**, no Brasil (País oprimido e de economia desigual e combinada) esta proporção fica em apenas 33% do PIB.

Analisando o PIB mais geral vejamos: o próprio FMI prevê que a economia global terá uma redução do PIB para 2008 de 4,4% para 4,1%, isso considerando o caráter fictício destes crescimentos. Para a Europa o crescimento previsto pelo FMI é de 1,6% em 2008, em relação ao 2,6% em 2007. Já para o Japão o crescimento do PIB previsto para 2008 é 1,5% contra os 1,9% em 2007. Um único diferencial é o da China que mesmo esta, caiu de 11,4% em 2007 para 10% previsão 2008. Na América Latina o crescimento é na casa dos 5,4% do PIB em 2007 e previsão de 4,3% para 2008.

Com o pacote aprovado pelo Congresso Americano de 850 bilhões de dólares o endividamento público dos EUA alcançará a casa dos 70% do PIB, (Fitch). Já o déficit orçamentário alcançará 10% do PIB em 2009, segundo a mesma Fitch.

Pelos dados do Departamento do Trabalho dos EUA, apenas em setembro de 2008, foram perdidos 159 mil postos de trabalho.

Vejamos a combinação da crise de superprodução e o caráter fictício da economia analisando simplesmente o mercado imobiliário americano e o brasileiro.

No Brasil comparando o financiamento de unidades habitacionais (para classe média e alta) de 2002 para 2008 teve uma variação em relação as unidades financiadas da ordem de 855% e o montante de capital na ordem de 1474% uma superação nos últimos 12 meses de 276,5 mil contratos, com previsão até o término de 2008 em alcançar a casa dos 300 mil contratos (J. Estado SP 28/09/2008), mesmo com este crescimento segundo o SBPE estas cifras correspondem a somente 2,5% do PIB. Temos nas grandes capitais centenas de prédios de padrão que fica longe do atendimento da grande esmagadora maioria dos assalariados. Os empregados, subempregados e desempregados brasileiros que possui demanda gritante na casa de 7,9 milhões de unidades e constituída por famílias com renda até três salários mínimos perambulam nos viadutos, favelas e em alugueis insuportáveis, com moradias sem nenhuma condição de insalubridade. Nos Estados Unidos esta mesma modalidade de financiamento ultrapassa a 100% do PIB.

Os capitalistas (as grandes construtoras) e o Estado destes investem milhões como forma de aquecer a economia em crise, no caso brasileiro a grande maioria destas unidades habitacionais estão fechadas a espera dos interessados que tenha renda compatível. De fato, por enquanto, permanecem fechados, mesmo com demanda de moradia na casa dos 8 milhões de unidades. Desta situação para a venda a qualquer custo e sem condições reais da economia dos adquirentes a moda do sistema financeiro americano é uma questão menor. Duas situações se colocam: uma é a representada pelo estouro financeiro em cadeia da crise de superprodução imobiliária dos EUA que usou do sistema financeiro para passar por cima

do fenômeno da crise de superprodução o outro é também no caso brasileiro de possíveis quebradeiras em um porvir próximo, mesmo que estas unidades permanecerem fechadas, abas as situações representam e refletem a realidade fictícia da economia mundial e a crise estrutural deste modo de produção baseado na propriedade privada.

A crise americana e mundial se estampa aos olhos do mundo e, os técnicos do capital falam do fim do neoliberalismo e a volta do controle do Estado na economia, falam inclusive, da estatização do sistema financeiro.

Vejamos as palavras do próprio Bush em carta dirigida ao povo e governo do Iraque, de 25 de Setembro de 2008.

Para: Presidente Jalal Talabani do Iraque, primeiro-ministro Nouri Kamal al-Maliki, presidente do Parlamento, Mahmoud al-Mashadani

“Caros Senhores,

Escrevo em relação a um assunto de extrema importância. É difícil para eu expressar aos senhores como é grave a crise econômica nos Estados Unidos neste momento. Estamos discutindo uma ajuda de US\$ 1 trilhão para nosso combalido sistema bancário. Trata-se de um 11 de setembro financeiro. À medida que americanos perdem suas moradias e afundam nas dívidas, já não compreendem por que estamos gastando US\$ 1 bilhão por dia para fazer com que os iraquianos se sintam mais seguros em suas casas.

Nos últimos dois anos tem havido um debate em nosso país a respeito de marcar ou não uma data limite para a retirada dos EUA de solo iraquiano. Parecia que a resolução desse debate dependia de quem venceria as próximas eleições. Já não é esse o caso. Uma

data limite se aproxima. Os contribuintes americanos que não permitiriam que seu dinheiro fosse usado para subsidiar suas próprias companhias - Lehman Brothers, Bear Stearns e Merrill Lynch - não verão seus impostos em dólares serem empregados para subsidiar a eterna disputa entre vocês a respeito de qual comunidade iraquiana dominará Kirkuk.

Não me entendam mal. Muitos americanos, eu inclusive, estamos aliviados pelo modo como vocês, povo e Exército iraquiano, conseguiram evitar seu próprio abismo de autodestruição. No início apoiei a guerra esperando encontrar armas de destruição em massa. Estava errado. Mas logo se tornou claro que a Al-Qaida e seus aliados no Iraque estavam determinados a fazer os EUA fracassarem em qualquer tentativa de construir um Iraque decente e direcionar o Oriente Médio para um caminho mais democrático, não importando quantos iraquianos precisassem morrer no processo. Essa não foi a guerra que imaginamos, mas a que encontramos.

A Al-Qaida compreendeu que se pudesse derrotar os EUA no coração do mundo árabe-muçulmano, sua ação iria repercutir por toda a região e colocá-la em ascensão junto com seus aliados. Inversamente, compreendemos que se pudéssemos derrotar a Al-Qaida no Iraque, com a colaboração de outros árabes e muçulmanos, nossa ação repercutiria por toda a região e pagariam dividendos.

Havia algo muito importante em jogo aqui. Percorremos um longo caminho na direção da vitória nessa guerra.

Ao mesmo tempo, também percebi que ao ajudarmos os iraquianos a organizar suas eleições, estávamos facilitando a primeira tentativa de todos os tempos para que o povo de um Estado árabe moderno redigisse seu próprio contrato social, em vez de aceitar a imposição de reis, ditadores ou forças colonialistas. Se os xiitas, sunitas e curdos

do Iraque podem elaborar seu próprio contrato social, então é possível alguma forma de governo consensual no mundo árabe. Caso não consigam, serão reis e ditadores para todo o sempre, com toda a patologia que isso acarreta. Algo muito importante também está em jogo aí.

Não foram os riscos que mudaram, e sim o fato de que vocês agora terão que se pronunciar e acabar com essa história. Imaginaram uma rede infinda de proteção americana que lhes permitiria barganhar eternamente e pechinchar sobre quem fica com o quê. Tenho sido extremamente paciente com vocês. Agora isso acabou. Demos tempo para que alcançassem um acordo político formal e é melhor que usem esse tempo logo, porque se esgota rapidamente.

Vocês, xiitas, precisam reunir no governo e no exército as tribos sunitas e os novos grupos que lutaram contra a Al-Qaida do Iraque. Vocês, curdos, precisam achar uma solução para Kirkuk e aceitar uma integração maior no sistema estatal iraquiano, enquanto mantêm sua autonomia. Vocês, sunitas no governo, precisam concordar sobre as eleições de modo que o novo tribalismo sunita e os novos grupos possam concorrer a cargos públicos e se tornar "institucionalizados" no sistema iraquiano.

Portanto aprovelem suas legislações eleitorais e petrolíferas, gastem parte de seus lucros com o petróleo para reassentar os refugiados iraquianos e institucionalizar os recentes ganhos com valores mobiliários enquanto ainda contam com a presença efetiva dos EUA em seu solo. Leiam meus lábios: Não ficaremos aí para sempre, mesmo que McCain vença.

Nosso embaixador, Ryan Crocker, contou-me sobre seu problema: os xiitas iraquianos ainda temem o passado, os sunitas iraquianos, o futuro, e os curdos iraquianos, temem ambos.

Bem, vocês querem ver medo? Olhem nos olhos dos americanos que estão perdendo suas poupanças, vendo desaparecer suas empresas e assistindo às execuções hipotecárias de suas residências. Somos um país diferente no momento. Após uma década em que o mundo temeu um poder americano exagerado, agora o mundo sentirá muito pouco esse poder, à medida que nos voltamos para nosso próprio chão, a fim de recuperar nossas moradias.

Ainda acredito em um desfecho decente para o Iraque e se vocês conseguirem isso, haverá implicações positivas, duradouras para vocês e todo o mundo árabe, embora o preço tenha

sido muito elevado. Aguardarei que a história seja escrita para minha redenção, mas o povo americano não. Ele deseja a reconstrução imediata dos Estados Unidos. Os EUA não deixarão o Iraque da noite para o dia, mas também não ficarão por lá mais tempo do que o necessário. Repito: Não se enganem quanto a esse momento. Que Deus esteja com vocês.”

Uma patética realidade reflete as palavras do fascista Bush diante da decadência do império americano e o vislumbrar da decadência total do modo de produção capitalista.

Socialismo ou Barbárie!

Viva o Socialismo!

Morte aos capitalistas e seu regime de exploração do trabalho!

Viva o planejar da produção coletiva e o reparte desta igualmente!

Viva o retornar do desenvolvimento das forças produtivas, com as bases do modo de produção comunista!

Viva a construção do Partido Mundial da Revolução Proletária!

Por que defendemos o voto nulo nas eleições municipais?

A participação no processo eleitoral burguês como militância e intervenção política secundária não estão de todo descartadas para uma intervenção independente na luta de classes, em que no capitalismo se expressa na luta entre burgueses e proletários.

Várias organizações que se reivindicam do Marxismo acabaram por defender a frente de esquerda ou alguma particularidade desta frente representada nas candidaturas do PSOL ou PSTU.

O grande problema é de que a frente de esquerda já se configura em um mecanismo programático de uma frente popular de “esquerda”. Nestas condições chamar a votar mesmo que criticamente, mesmo levando em conta

algumas particularidades de tal frente em alguns municípios e capitular perante a conciliação de classes, tornando assim uma mancha em tal processo eleitoral, mesmo em nome do Socialismo e etc.

O centro da situação política mundial do ponto de vista do proletariado é a resolução da crise de direção e para dar cabo a resolução deste fenômeno histórico o primeiro passo que se faz necessário é o caminhar na direção da organização do proletariado mundial como classe. Esta organização apontada desde o Manifesto Comunista, na atualidade, está totalmente disseminada na conciliação de classes. O papel nefasto do stalinismo representado na traição da revolução Russa e na traição da III

Internacional e o direcionar do Movimento operário Internacional para a política das frentes populares e o apoio às “burguesias progressistas” se constitui e ainda esta na ordem do dia. Cabe ressaltar que mesmo correntes políticas que reivindicam do Trotskismo acabaram por incorporar como programa de “esquerda” em nome da unidade e etc. esta miséria, bem como, da concepção burocrática de partido representada pelo exercício no interior estes da democracia formal e em redes de “militantes” que acabam sendo na verdade simpatizantes que em nome da centralização (burocrática é claro) acabam por se centralizar nas ordens da direção não refletindo nenhuma discussão coletiva e muito menos os objetivos históricos do proletariado mundial. Muitas das vezes a formalidade assume a defesa alienada de conceitos, bandeiras históricas e estratégia (Socialismo e mesmo a ditadura do proletariado), mas que no entanto a prática e o exercício da política de frente popular (conciliação de classes) acaba por negar na essência tais consignas.

A frente de esquerda comandada pelo PSTU, PSOL e PCB não é outra

coisa que a consagração oportunista do desenvolver da conciliação de classes (frente popular de esquerda) no seio do movimento operário, estudantil e popular, isto com o agravante de se contraporem a frente popular do PT e seu governo. No Movimento sindical esta política reflete na Conlutas e nos Sindicatos que dirigem estes partidos. Esta política refletiu e refletem a política de apoio ao governo de frente popular de Morales na Bolívia, no Encontro Latino Americano e Caribenho com a direção da COB base de apoio e organicidade da frente popular boliviana. Esta política reflete a capitulação ao Fórum Social Mundial e ao Socialismo do século XXI de Chaves e ao Castrismo.

Como vemos, o Movimento internacional do proletariado padece da organização da classe como classe, participar do processo eleitoral chamando voto em uma frente de esquerda ou mesmo em particularidade desta frente convertida em mecanismo de frente popular de esquerda é uma traição ao movimento histórico pelo Socialismo como transição ao comunismo.

Campanha pela Abstenção e Voto Nulo

O voto nada muda. A garantia de melhores condições de vida, saúde, educação, habitação e trabalho depende da luta direta dos trabalhadores (greves, mobilizações de rua, passeatas, protestos, ocupações de prédios, de terras, etc). Ao votar neste ou naquele candidato, o trabalhador está escolhendo e legitimando quem será o carrasco nos próximos 4 anos, isto é, assina um cheque em branco para o seu representante no parlamento burguês corromper e ser corrompido.

A história da “democracia representativa” mostra que, independente das figuras que preenchem os cargos públicos (vereadores, prefeitos, deputados, senadores, governadores, presidentes etc), a desigualdade social só aumenta. Enquanto uma pequena parte da população (classe dominante), controladora da economia e da política nacional, vive no luxo, a maioria da população sobrevive com menos de um salário mínimo.

Hoje, constatamos isto com o alto preço dos alimentos. A cesta básica aumentou 32% nos últimos 12 meses. O item “arroz e feijão” subiu mais de 62% nos últimos 12 meses, O governo manipula os dados inflacionários, popularidade em alta, tudo vai às mil maravilhas. Bem diferente destes índices é a vida da dona de casa e dos trabalhadores, em que o salário mal dá para comprar estes gêneros essenciais. Como vemos, esta é a maneira da burguesia e dos candidatos eleitos resolverem a crise econômica que eles mesmos provocam, arrocho e aumento da miséria da família trabalhadora.

Esta situação não se dá só por conta dos indivíduos que lá estão, mas devido à estrutura que está organizada a sociedade em que os trabalhadores trabalham e produzem coletivamente e o resultado da produção vai para meia dúzia de patrões que aumentam suas fortunas dia a dia.

Dizem que só é cidadão, quem cumpre o dever cívico com o voto. Sendo o voto obrigatório, grande parte dos eleitores vai para as urnas contra a vontade, por saber que a eleição é uma farsa. Diante disso, a Justiça Eleitoral (o Estado) gasta milhões, implorando para que o “cidadão” vá votar. Viram o desespero da Justiça eleitoral com a propaganda desonesta dos 4 anos? Quatro anos é tempo suficiente para que estes vendedores de ilusões continuem te explorando. Reaja! Mais expressivo que o voto nulo é a abstenção. Justifique, anule, vamos usar todos os recursos para desmoralizar este circo eleitoral.

Estes candidatos fazem suas campanhas contratando carros de som e cabos eleitorais, sujando as ruas, espalhando milhares (às vezes milhões) de panfletos pelas ruas, utilizando placas, *out-doors*, a gratuidade dos meios de comunicação de massas como rádios, tvs, e, por último, contratando trabalhadores desempregados que,

além de receber uma miséria por esse serviço, ainda é iludido com a possibilidade de conseguir um emprego indicado, caso o candidato seja eleito. Dizem que o voto nulo vai para o candidato ou partido que está ganhando. Mais uma mentira, pois sabem que o voto nulo vai para o lixo, lugar onde estes partidos burgueses e candidatos deveriam estar. A abstenção (a atitude de não ir votar), bem como o voto nulo contribuem para desmascarar o circo eleitoral.

A pergunta que devemos fazer é: já que estas campanhas milionárias são bancadas por empresários, banqueiros, latifundiários, quem será que estes candidatos vão representar? O povo ou estes financiadores de votos?

Enquanto o povo sofre na pele os efeitos da crise dos alimentos, por exemplo, os governantes estão comemorando a maior produção industrial dos últimos tempos e o recorde de arrecadação de impostos. Enquanto nossa vida fica cada vez mais cara, os governantes, Lula, Serra e todos os outros organizam o grande banquete das eleições com empresários, banqueiros e latifundiários. Enquanto eles se organizam para continuar tudo como está, nós, trabalhadores, devemos nos organizar para derrubar o capitalismo. Fazemos política todos os dias – e não só de 4 em 4 anos -, num grande esforço para construir uma sociedade socialista.

E, você, concorda com a proposta desses politikeiros de plantão de cuidar do que é seu?

Se concordar, vote em um deles e deixe que pensem por você.

Caso contrário anule seu voto ou abstenha e mostre que você está descontente.

Votar nulo ou abster significa não concordar com a estrutura vigente, não concordar que um grupo qualquer decida pelas ações e condições do município. Votar nulo ou abster é

provocar um debate sobre que, uma nova situação onde toda a população possa decidir diretamente por sua vida, é possível. Essa construção é coletiva, é

responsabilidade nossa construir essa forma revolucionária de fazer política. Viva o socialismo!

NÃO DESPERDICE SEU VOTO, VOTE NULO!

Como votar nulo: **DIGITE 00. Confirme novamente**

Comitê do voto nulo

APEOESP – CAMPANHA SALARIAL 2008

Introdução

A política adotada para o Brasil pelo imperialismo, principalmente o norte-americano elevou o PT ao topo do poder, ascensão ao poder central através da sua principal figura – Lula. Para que a burguesia avançasse com sua política neoliberal de privatizações e de Estado mínimo, além das reformas que faltavam, foi necessário implantar um governo que tivesse certas características, como por exemplo: base de sustentação junto às massas trabalhadoras (operários e camponeses pobres), controle dos trabalhadores por meio das direções dos seus organismos e um bom programa de modo que o entrelaçamento e os negócios com a burguesia imperialista fluíssem em escala internacional; esse era e está sendo o principal objetivo da classe que está no poder – classe dominante. Um governo típico de frente popular, nenhum outro.

Um bom exemplo é que as reformas prometidas, ora para criar ilusões entre o povo, ora para atender os interesses da burguesia continuam sendo aplicadas; as que ainda não passaram pelo corrompido parlamento burguês estão assim mesmo sendo aos poucos colocadas em práticas – é o caso da reforma sindical, pois os sindicatos e os movimentos sociais, na sua grande maioria já estão adaptados

a ela; o supersimples como parte da reforma trabalhista é outro exemplo.

Em nome da democracia formal vale tudo: saques ao bolso dos explorados, repassando-os para banqueiros, industriais, latifundiários e grandes comerciantes; controle dos anseios das massas através de suas direções traidoras e do próprio Estado burguês que se aperfeiçoa cada vez mais – é o fascismo mascarado de “democracia”.

Nesse vai e vem, dão migalhas lá com os chamados programas de bolsas e retiram daqui com reformas ou medidas similares; entre tapas e beijos o proletariado empobrece cada vez mais devido o rebaixamento dos salários e o aumento do custo de vida; o desemprego cresce, a violência também cresce e a informalidade dispara, ou seja, é preciso sobreviver, assim como o capitalismo e seus expropriadores têm seus próprios subterfúgios para também sobreviver. Mas, em meio a tudo isso quem tem levado todo o bolo tem sido a própria burguesia.

Quer mais? Com esse governo que um dia foi trabalhador e hoje goza de altos privilégios as custas dos trabalhadores, a burguesia sorria e, é por isso que não há nenhum reclamo de sua parte, mesmo em meio ao mar de corrupção; investiga aqui, demite acolá e tudo continua as mil “maravilhas”. Neste caso, somente as eleições

burguesas serão capazes de substituí-lo.

O Descaramento burguês mescla-se com o fascismo

Dorme-se com “esperança” e acorda-se com “desespero”. É em meio às ilusões reformistas e as promessas de migalhas que os governos do PSDB paulista vêm paulatinamente causando uma devassa na educação pública do Estado; as conseqüências têm sido desastrosas para a qualidade do ensino e as condições de trabalho dos profissionais. A esperança para os professores tem sido o bônus em substituição aos reajustes nos salários; o desespero segue com os decretos e outras medidas similares que o governo vem tomando.

O governo Serra e sua Secretária Maria Helena têm mostrado bastante eficiência no que diz respeito à implementação de suas metas para a educação. Os decretos que visam demissão, perseguições políticas e divisão no seio da categoria são uma constante; essa dupla em estreita combinação mascara-se de fascismo. É por enquanto, somente assim, por meio de punições que o Estado mais rico da nação e o mais pobre em educação consegue implantar seu projeto de “melhoramento” dos índices educacional. O jornal nos primeiros 45 dias do ano letivo e as cartilhas em seguida, com o rebaixamento e uniformização do conteúdo mostram a desfaçatezes desse governo.

E a Direção da APEOESP?

Ah! Essa atua com maestria. Como reformistas e com toda orientação que tem de seu governo – Lula/PT seguem a risca sua política, seus projetos e controlam o movimento; defendem e mantêm seu governo porque fazem parte da base de

sustentação deste; usam de falácia contra Serra, Maria Helena e o PSDB, mas não os enfrentam diretamente – é típico da política de conciliação de classe da social democracia. Um bom exemplo dessa política foi expressa na última greve dos professores da rede pública estadual (de 13/06 a 04/07); essa direção como não pode enfrentar o governo Serra ou conduzir os professores a enfrentá-lo diretamente, pois a política de Serra para a educação é a mesma de Lula, levou a pauta de reivindicações para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) com o pretexto de impor indiretamente para o governo o tal do Dissídio Coletivo. Em meio a essa ilusão, Articulação Sindical/PT e Alternativa Sindical/PSTU, PSOL e suas variantes acabaram com a greve, alegando que o movimento tinha enfraquecido. Disso, nós não temos dúvida, porém eles nada ou pouquíssimo fizeram para o movimento continuar crescendo.

É bom lembrar que, em nome das eleições sindicais (05 de junho de 2008) essa frente eleitoreira para melhor repatriar os cargos no Conselho Executivo e no Conselho Pleno da entidade, em 14 de maio, adotou uma política em plena assembleia de que ainda não era hora de decretar a greve. Dentre as organizações presentes o PCO se junta à posição reformista do PT, PSTU e PSOL.

Aliás, em se tratando da vontade deles e do seu programa a greve não sairia nunca; um velho e falso discurso é sempre pronunciado: os trabalhadores ainda não estão preparados. É, do ponto de vista do programa deles os trabalhadores não estão mesmo preparados, pois a ação direta das massas não faz parte deste programa; um programa reformista não pode ter mesmo ação direta – greve; não é à toa que nunca fazem propaganda, mesmo em período de greve. A moda entre eles, no início da campanha, era a cada

assembleia uma grande passeata e a palavra de ordem, só a “mobilização” traz conquistas.

Por conta da truculência do governo Serra com seus decretos fascistas e que destroçam o ensino público, principalmente, o Decreto 53.037/08, essa direção foi obrigada a chamar os professores para decidir pela greve em 13/06/08 e, os professores sabendo que o seu emprego estava ameaçado saíram em greve, independente da vontade da direção. Foram apenas 21 dias de greve.

A prova cabal de que a Articulação Sindical (controladora das finanças do sindicato) pouco ou nada investiram na greve se deu pelo fato de que no período de 13/06 a 04/07 muitas subseções se quer tinham dinheiro para alimentar o comando de greve.

A Greve

A primeira greve de fato entre os anos de 2001 e 2008. Veja que esse período é exatamente o período que começa o governo Lula e a direção sustentou o movimento até 28/05, data em que o governo Serra lançou o Decreto 53.037/08, cujo principal motivo continua sendo a precarização da contratação dos professores que não são concursados, dentre outros ataques, inclusive o de que esses professores terão que passar por uma avaliação de desempenho (prova) antes de serem contratados todos os anos. Nesse caso, a antiga Lei 500/74 automaticamente deixará de existir, ou seja, será engavetada; vários direitos como faltas abonadas, quinquênios, IAMSPE e aposentadoria no regime próprio do Estado, ficam caçados.

A greve é um privilégio apenas dos trabalhadores, instrumento esse construído por eles mesmos para se opor ao regime de exploração capitalista e lutar por melhores condições de trabalho; foi e continua sendo o

instrumento de luta mais respeitado pela burguesia na história do movimento operário; não é por acaso que os governos, sob a orientação da burguesia, querem acabar legalmente com esse direito. Não será uma simples lei que irá tirar o direito instintivo dos trabalhadores de lutarem por sua própria sobrevivência e contra a exploração capitalista.

Durante o período de greve os trabalhadores discutem concretamente os seus principais problemas, desde os menores até aqueles que mais os afligem, o de que é necessário lutar para sobreviver mesmo nesse sistema infame. Foi assim que se deu: aonde o comando de greve agiu de fato, por onde passou, se discutiu problemas relativos aos direitos adquiridos, além daqueles referentes à situação em que se encontra a escola e o ensino público.

Saldo da Greve

Numa greve, do nosso ponto de vista político, nunca tem saldo negativo, pois da forma como são tratadas as contradições capitalistas é possível que se eleve o nível de consciência de classe, no campo da dialética, do movimento em si.

Nessa greve podemos elencar, além da experiência, do debate travado no interior das escolas, algumas conquistas, como por exemplo: 5% de reajuste no salário, a incorporação de uma gratificação ao salário (GTE) e forçou o governo a discutir pontos da pauta de reivindicações, alterar, mesmo que levemente o decreto; quem dizia que não iria receber o movimento porque não tinha o que tratar, quem dizia que não iria mexer no decreto e logo depois foi obrigado a comparecer no TRT; nenhuma defesa do TRT; para nós uma greve bem trabalhada só pode trazer aos trabalhadores vitórias, mesmo que parciais. Desse ponto de vista, concordamos com a avaliação de

que a greve teve saldo positivo, porém nem tudo pode ser transformado em derrota.

Os governos Fleury, Covas e Alckmin jamais permitiram que após a reposição das aulas as faltas da greve fossem retiradas do prontuário dos professores. Pois bem, esse movimento conseguiu essa importante conquista. Com isso, os prejuízos na débil carreira profissional ficam menos prejudicados.

Mas, evidentemente, o movimento, pelos já motivos elencados neste texto, a categoria não conseguiu fazer com que o governo recuasse em relação ao decreto; desse ponto de vista, o desespero da categoria (dos OFAs) continua e, portanto a derrota é significativa.

Avaliação de Desempenho

A LDB DE 1996 instituiu a avaliação de desempenho para os profissionais da educação – os professores e “especialistas”. Por dois anos seguidos, na década de 90, o Estado de São Paulo implantou esse tipo de avaliação; uma avaliação desse tipo, considerando o estágio atual em que se encontra o sistema capitalista, do Estado em estágio pré-fascista, só pode ser de cunho punitivo e, inclusive para demitir.

Neste ano o governo Serra e sua Secretária Maria Helena orientam Dirigentes Regionais de Ensino e Diretores de escolas a formarem comissões para avaliar os professores que estão em estágio probatório. Um dos critérios que esta comissão avaliará será a quantidade de faltas do professor.

O cumprimento da Proposta Curricular certamente terá grande peso na avaliação de desempenho dos servidores. Pois que em muitas escolas há enorme pressão dos “gestores” para que os professores cumpram à risca a Proposta, enfim, que sigam os

“cadernos”. Além disso, existe pressão para que os professores melhorem o índice, não o IDEB, mas o IDESP¹ – que é o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo. A principal orientação dos gestores é que os conteúdos se ajustem ao conteúdo do SARESP, e isso ficou claro quando da ocorrência de um dia em que se discutiu unicamente a aplicação dessa prova.

Não podemos permitir que avaliações desse tipo sejam utilizadas para pressionar, punir e demitir professores, muito menos para dividir a categoria, ou seja, colocar um contra o outro. Na verdade, o que deve ser de fato avaliado? As condições de trabalho e ensino, a falta de estrutura (material e humana) no interior das escolas, o que tem causado baixo rendimento escolar.

¹ O IDESP é um índice que combina o fluxo (o desempenho dos alunos nas provas) com o resultado do SARESP.

MANIFESTO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, LAICA E DE QUALIDADE

As relações de produção, a base material, determinam, à sua imagem e semelhança, as teorias do conhecimento, a educação em geral e o mundo das idéias, daí porque o drama da Educação Pública é determinado e segue como conseqüência da crise estrutural do sistema capitalista.

Os principais teóricos, do ponto de vista do proletariado, já apontaram os caminhos para solucionar os problemas por que passa a humanidade: socializar os meios de produção, em suma, substituir o modo de produzir a vida, de forma irracional e anárquica, típica do mundo capitalista, para outro modo, racional; portanto, planejado, com o reparte da produção igualmente.

Para os lutadores do Movimento Socialista, esta deve ser a estratégia a ser perseguida. Sair dessa perspectiva, apontando para melhoria qualitativa e libertadora da educação, no presente sistema de propriedade privada dos meios de produção - com sua conseqüente divisão do trabalho e o antiplanejamento universal dos produtores/consumidores - se torna puro charlatanismo, que é próprio da cultura e saber explorador e burguês. A escola pública capitalista expressa a dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, entre o aprender e o ensinar, entre a educação mercantil e a vida em aprendizagem.

A luta pela Educação Pública no Brasil

A partir dessa introdução, uma série de ações e reivindicações deve ser planejada no marco nacional, em estreita consonância e interligação com

a luta do proletariado moderno internacional.

A primeira a ser levada em consideração é um programa de educação proletária; como segunda ação, comparece a defesa das necessidades vitais dos seres humanos, no tocante à sua produção e reprodução em todos os seus aspectos: a luta pelo salário e jornada de trabalho, condizente com as necessidades básicas para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem. Essa é uma das principais bandeiras reivindicatórias e diz respeito a uma efetiva luta pela melhoria da Educação.

Essa situação se contrapõe ao que temos hoje, ou seja, há muito que os trabalhadores em educação, assim como os trabalhadores em geral, não têm reposição e nem aumento salarial. Para camuflar esse quadro, o Estado brasileiro e os patrões dispõem-se da possibilidade do aumento da jornada. No caso do professor, sua jornada chega até 64 horas semanais, obrigando muitas vezes a um terceiro emprego como forma de “aumentar” seu provento. Diante disso, com toda a certeza, não haverá nenhuma chance do Ensino Público obter índices razoáveis, relacionado à sua qualidade.

Estas bandeiras dos trabalhadores em educação não podem ficar nos marcos do corporativismo, pois a luta pela educação pública gratuita e de qualidade deve abranger todos os trabalhadores, mesmo porque os baixos salários, a jornada extensiva e as péssimas condições de trabalho, moradia, etc. da classe trabalhadora,

interferem nas condições de aprendizado dos educandos.

Uma série de demandas no campo da defesa da escola pública nos é colocada. Os governos federal e estadual, subalternos ao capital nacional e internacional, promovem pacotes que viabilizam a privatização do serviço público. Acordos com o Banco Mundial, o FMI e ONGs internacionais, como a ORUS, de Edgar Morin, levam a educação em seus vários níveis a ser fonte de lucros em um país, em que milhões vivem abaixo da linha da pobreza (aproximadamente 57 milhões de brasileiros), reféns dos programas governamentais, como bolsa-família, vale-gás, etc.

Poderíamos nos perguntar, quem lucra com tal negócio? Ora, os mesmos que há décadas lucram com exploração da classe trabalhadora e os juros dívida externa. Ou mais, financiam diretamente o Ministério da Educação para desenvolver os projetos que vão de encontro aos interesses privados relacionados à divisão internacional do trabalho. Esses interesses empresariais, representados no Conselho Nacional de Educação, garantem sua política privatista, representados pelos partidos governistas e que têm suas campanhas financiadas por esse setor. Alguns desses milionários da educação detêm canais de TV, empresas de agronegócio e muita influência em Brasília.

O sucateamento do ensino Público no Brasil.

Em 1990, na Conferência de Jomtien, na Tailândia, patrocinada por organizações imperialistas, como Banco Mundial, UNICEF e UNESCO, foi implementada uma série de ações

em alguns países terceiro-mundistas, como Brasil, Índia, Nigéria, Paquistão, Bangladesh, China, Egito, Indonésia, México, para acabar com o analfabetismo e universalizar o acesso à educação.

Essas intervenções viriam servir de referência para o Plano Decenal de Educação para Todos 1993-2003) e para o Plano Nacional de Educação, Governo FHC, 1998. Tudo isso se vincula com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, de Darcy Ribeiro (Lei 9394/96), de caráter privatista, do ensino público.

Paralelamente a estas “medidas humanitárias”, do ponto de vista econômico, a orientação do FMI, do Banco Mundial, é a racionalidade financeira, a diminuição dos gastos públicos, bem como a abertura do país ao capital financeiro internacional.

A submissão do Brasil a essas orientações neoliberais vai significar a retirada do Estado na prestação dos serviços públicos essenciais, causando um enorme impacto principalmente aos trabalhadores que se utilizam e necessitam desses serviços.

Desse período, originam-se as atuais PPPs - parcerias público-privadas - em que o Estado, que privatizou, a preço de bananas, estatais lucrativas, como USIMINAS/CSN, entre tantas outras, entrega através dessas parcerias o gerenciamento de rodovias, por exemplo, às empresas privadas. O Estado constrói com dinheiro público, depois quem gerencia e fatura é o capital privado: a Ecovias faturando na cobrança de pedágios é um claro exemplo, assim como a entrega, pelo governo Lula, das Rodovias Fernão Dias ou Régis Bitencourt, em fase de preparação para cobrança de pedágios.

O argumento é o de sempre: de que a privatização melhora a eficiência dos serviços públicos precarizados.

Essa lógica transfere-se para os serviços de saúde, haja vista o crescimento dos grupos de medicina privada, via convênios.

Na Educação, o processo é o mesmo. A precarização e o sucateamento da Educação Pública tem levado para os corredores de escolas particulares um número significativo de alunos da escola pública. A privatização do ensino público também se dá através da Municipalização, pois atualmente empresas como COC, ETAPA, OBJETIVO, POLIEDRO, etc, vem faturando alto em cima do gerenciamento de ensino municipal. E a procura vem aumentando, tendo em vista que estas redes municipais, sob a custódia dessas empresas, tem apresentado “excelentes” resultados nas avaliações do Ideb, o que renderá aumento de recursos públicos federais a estas prefeituras. O argumento de que a Municipalização descentraliza recursos, em tese parece verdadeiro. Na realidade, a municipalização favorece o clientelismo, o nepotismo e o assistencialismo, sem falar que a Municipalização fragmenta o movimento sindical.

A rede estadual tenta melhorar seus índices, prometendo bônus em decorrência da produtividade. O recente decreto, que motivou a greve, vem nesse sentido: melhorar a produtividade em cima do sangue e suor dos professores(as) que não poderão faltar nem para cuidar da saúde própria ou dos filhos.

No Estado de São Paulo, a partir de 1995, período Covas/Rose Neubauer, o sucateamento aumentou, com o fechamento de salas, períodos e escolas. Como conseqüência dessa redução dos gastos públicos, aumentou o desemprego entre os professores, bem como a jornada de trabalho, expressos na busca por dois cargos ou atuação em duas redes de ensino. E a

ofensiva, de lá para cá, tem aumentado, com a retirada de direitos, através da SP-PREV, relacionados à aposentadoria dos OFAs sem aulas e sem vínculo empregatício. O concurso público, recém divulgado, para a efetivação de 70 mil professores com 10 aulas é uma resposta demagógica a este estrangulamento.

Esse sucateamento, também expresso na falta de funcionários, na falta de equipamentos, de bibliotecas, de laboratórios de informática, química, física ou biologia, tem levado também ao estrangulamento da qualidade do ensino.

O governo joga para cima dos professores a responsabilidade pelo fracasso escolar dos alunos. Entretanto, sabemos que a raiz está nos baixos índices do PIB, em torno de 4%, aplicados à Educação. Professores mal remunerados, pais e alunos desempregados ou subempregados, crianças mal alimentadas., tudo isso se resume no caos educacional presente.

No ensino superior, o sucateamento é visível, em decorrência do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) versão lulista do PNE de FHC, um conjunto de decretos, projetos de lei, resoluções e portarias que dão continuidade à reforma universitária.

Diante de tudo isso, o que fazer?

Os signatários desta convocatória convidam você para participar do agrupamento que se propõe a organizar um campo próprio, na luta direta, formado por professores, pais, estudantes e trabalhadores em geral, na defesa:

- da Educação Pública, gratuita, laica, de qualidade, em todos os níveis;
- da redução da jornada de trabalho para que ninguém fique desempregado e todos tenham

- tempo e condições de estudar, ter acesso à cultura, ao lazer, viver bem, descansar e não se estressar;
- de um Salário mínimo vital que corresponda às necessidades dos trabalhadores;
 - para os professores, jornada de trabalho de 20 horas semanais, com salário mínimo vital;
 - de um horário coletivo pedagógico dos professores, submetido somente ao Conselho de Escola;
 - da integral e irrestrita liberdade de cátedra;
 - de salas de aulas com no máximo 25 alunos;
 - de total infra-estrutura nas escolas, a critério da comunidade escolar;
 - de reajustes automáticos dos salários, assim que variar os índices do custo de vida, para manter seu valor na garantia do atendimento permanente das

necessidades básicas da família trabalhadora;

- da constituição de uma comissão dos trabalhadores, controladas por esses, para aferir as pesquisas de preços do custo de vida, para o conseqüente reajuste salarial automático;
- da transformação dos Conselhos de Escolas Deliberativos, em um contraposto às ordens do governo;
- dos Conselhos de Escolas Deliberativos e com ampla participação da comunidade escolar.

APÊNDICE

Alguns dados educacionais do Brasil:

- População do Brasil, segundo o IBGE, 2007 – 183.987.291 de habitantes;
- Números de alunos matriculados na Educação Básica – 52.969.456, sendo 46.610.710 em escolas públicas e 6.358.746 em escolas privadas;
- Jovens de 5 a 24 anos de idade – 68 milhões; destes, 10.629.102 são de São Paulo;
- Jovens de 15 e 19 anos que deveriam estar cursando o Ensino médio - 18 milhões; no entanto, somente 9.031.302 matricularam-se em 2005 (que corresponde a 50,1% do total). Censo da Educação, 2005;
- Neste mesmo ano (2005), somente 4.453.156 estudantes se matricularam no ensino superior (Censo da Educação Superior, 2005);
- Dos 18 milhões de jovens que deveriam concluir o ensino médio, somente 24,73% se matricularam no ensino superior. Já em relação aos 9.031.302 milhões que matricularam no ensino médio temos – 49,30 % matricularam para graduação, deste horizonte dos matriculados em média 20% desiste antes de concluir o curso;
- A educação a distância de 2003 a 2006 aumentou 571% em número de cursos e de 315% no número de matrículas(INEP), 2007 (a LDB autoriza tal modalidade de forma integral nas diversas modalidades de ensino);

- Em média os cursos de graduação possuíam uma grade de 3000 horas/aulas. A LDB baixou este número para o mínimo de 1400 horas/aulas;
- No último Censo do Ensino Superior, realizado no ano passado pelo Ministério da Educação e Desporto (MEC), das 970.655 vagas oferecidas nos vestibulares das universidades, faculdades e centros universitários particulares do País, 306.181 não foram preenchidas (Censo Escolar 2001). Esta realidade fez o Governo ir ao socorro dos empresários da Educação, instituindo o PROUNI (“Programa Universidade para todos”);
- Abaixo a farsa do REUNI que com a falácia de aumentar o número de vagas no ensino superior o faz com menos verba;
- O mesmo Censo constatou também que dos 2,7 milhões de alunos matriculados no ensino superior em 2000, 1,8 milhão foram nas instituições privadas e 900 mil nas públicas, 13,3% a mais do que em 1999;
- Mais de 30% dos jovens entre 18 e 24 anos no Chile, Argentina e México freqüentam uma universidade. No Brasil esta taxa é de 7,8% (Censo Escolar 2001) - Gazeta Mercantil;

Abaixo o reparte vergonhoso de verbas do Fundef/Fundeb que trapaceia com a falácia do ensino de 9 anos, quando na verdade fez uma reforma tributária em favor dos municípios para custear o 1º ano hoje do Fundeb que era parte da pré-escola.